

## O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO

ROGÉRIO GONÇALVES revela como a união entre Educação em Direitos Humanos, Educomunicação e Gestão Democrática contribui para a melhoria do ensino público no município de São Paulo.

MUITO ALÉM DAS PÁGINAS



**MULHERES**  
BIOGRAFIAS  
QUE INSPIRAM



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>

**Editor Responsável:** Antônio Raimundo Pereira Medrado  
**Editor correspondente (ANGOLA):** Manuel Francisco Neto

**Coordenação editorial:**

Ana Paula de Lima  
Andreia Fernandes de Souza  
Antônio Raimundo Pereira Medrado  
Isac dos Santos Pereira  
José Wilton dos Santos  
Vilma Maria da Silva

**Coordenação editorial (Angola):**

Manuel Francisco Neto  
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

**Com. de Avaliação e Leitura:**

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins  
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt  
Profa. Esp. Ana Paula de Lima  
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza  
Profa. Bianca de Assis Pirahy  
Profa. Dra. Denise Mak  
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)  
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira  
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)  
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)  
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza  
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)  
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo  
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

**Bibliotecária:**

Patrícia Martins da Silva Rede

**Colunistas:**

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins  
Profa. Bianca de Assis Pirahy  
Prof. Dr. Isac Chateaneuf  
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)  
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva  
Prof. Me. José Wilton dos Santos  
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

**Web-edição:**

T.I. Lee Anthony Medrado

**Contatos**

Tel. 55(11) 99543-5703  
Whatsapp: 55(11) 99543-5703  
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)  
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)  
<https://primeiraevolucao.com.br>

**Imagens, fotos, vetores etc:**

<https://publicdomainvectors.org/>  
<https://pixabay.com>  
<https://www.pngwing.com>  
<https://br.freepik.com>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 64 (abr. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 222 p. : il. color

**Bibliografia**

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/2673-2573.rpe.64>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo  
[www.livroalternativo.com.br](http://www.livroalternativo.com.br)

CNPJ: 28.657.494/0001-09

## 05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

## 06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

## 07 Sobre filas, silêncios e aprendizados invisíveis

Mirella Clerici

## 08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

## 14 POIESIS

J. Wilton

## 16 O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO - Rogério Gonçalves

J. Wilton e Cleia Teixeira



# ARTIGOS

1. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO <i>Adriana Silva de Santana Barros</i>	25
2. CONHECIMENTO DOS MORADORES DO ZANGO III SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DA OXIÚROS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025 <i>Aldair de Jesus Adão / Calunda dos Santos Jorge</i>	31
3. DESAFIOS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA <i>Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho</i>	36
4. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA PÚBLICA <i>Ana Elisa Bagó de Oliveira</i>	42
5. ENTRE O BRINCAR E O APRENDER: AS METODOLOGIAS ATIVAS COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Carina Fardim Soares</i>	52
6. PLURALIDADE DA INTELIGÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES JURÍDICO-EDUCACIONAIS <i>Claudiene Alves da Silva</i>	61
7. O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR NA FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO <i>Denise Teixeira Santos Menezes</i>	68
8. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES NA INFÂNCIA <i>Diego Agostinho Dynczki</i>	75
9. TECNOLOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Edna Farias Cordeiro</i>	85
10. A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA PARA A SOCIEDADE <i>Emanuel Ramos Barra</i>	90
11. A HUMANIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA: ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE LUANDA <i>Esmael Joaquim Machado</i>	95
12. DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E DA IMAGINAÇÃO ATRAVÉS DA NARRATIVA ORAL <i>Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro</i>	100
13. GESTÃO DA CARREIRA NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE LUANDA E NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO TOCOÍSTA <i>Guilherme Mateus Moma</i>	106
14. GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM ANGOLA: CASO DE ESTUDO "HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO" <i>João Francisco Marcelino</i>	114
15. A POSSIBILIDADE DAS ARTES, DOS BRINQUEDOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Joice Botelho Silva</i>	120
16. IMPLICAÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL NO MUNICÍPIO DE BOLONGONGO (CUANZA NORTE, ANGOLA, 2002-2026) <i>José Manuel dos Santos</i>	126
17. LINGUAGENS DAS INFÂNCIAS: ESCUTA, INVESTIGAÇÃO E DESCOBERTAS <i>Lilian Silvana Minho Zanetta</i>	133
18. A MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, LINGUAGEM E INCLUSÃO <i>Luciana Cardoso de Souza</i>	140
19. A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E O MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO <i>Luciane de Jesus Mineiro de Lima</i>	144
20. O BRINCAR COMO EIXO DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Lusilene da Rocha Alves</i>	153
21. A CONFISSÃO COMO EFEITO DA REVELIA FACE A NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANGOLANO <i>Manuel Dungula Samaia Chivinga</i>	158
22. BAIXA ADEÇÃO AO APOIO PSICOLÓGICO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES <i>Manuel Paulo Chamorro</i>	167
23. A CULTURA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MEDIAÇÃO, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO LEITORA <i>Marcilene Belisse Pazos</i>	175
24. A IMPORTÂNCIA DAS ROTINAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E DOS HÁBITOS DE APRENDIZAGEM <i>Maria de Lourdes Ferreira da Silva</i>	178
25. EFEITOS DA PRIVAÇÃO DO SONO NOTURNO SOBRE O RENDIMENTO ACADÊMICO DE UNIVERSITÁRIOS <i>Mario Adelino Miranda Guedes</i>	183
26. BRINQUEDOS, CORPOS E EXPECTATIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Mirella Clerici</i>	188
27. SAÚDE MENTAL DE JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS PSICOSSOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO <i>Moizes Antonio dos Santos</i>	199
28. A INTEGRAÇÃO ENTRE AS TECNOLOGIAS E O LETRAMENTO <i>Orlaneide Ferreira Santos Diamante</i>	212
29. FAMÍLIA E ESCOLA COMO CONTEXTOS COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Renato Souza de Oliveira Carvalho</i>	217

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.  
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

**UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:**

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

**INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:**

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

**PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:**

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

**PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:**

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

**Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!**

**INSTITUIÇÕES PARCEIRAS**



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP



## GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM ANGOLA: CASO DE ESTUDO "HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO"

João Francisco Marcelino<sup>1</sup>

### RESUMO

A luta pelo equilíbrio do planeta constitui uma tarefa muito grande entre as comunidades tanto em desenvolvimento como aquelas que se encontram na escala de equilíbrio, é tarefa de cada um, cuidar e dar o seu input na conservação do meio ambiente, para ter cada vez mais um bom saneamento básico, pois, a luta é maior, mas o primeiro passo passa pela tomada de consciência, ou seja, a conscientização, adoptar uma postura ética e ter boas práticas na produção, transformação e até a sua alocação desses resíduos hospitalares, para garantir o meio ambiente puro e saudável de se viver. O presente trabalho trata sobre a gestão dos resíduos hospitalares em Angola, como parte de transferência de conhecimentos para outras gerações também, fruto de várias investigações feitas em uma instituição de saúde na província de Luanda "Hospital Pediátrico David Bernardino" Angola. Os resíduos hospitalares para o seu manejo necessitam de procedimentos, planeamento eficaz, com a finalidade de diminuir sua produção e indiciar aos resíduos já gerados um fim seguro e sustentável de modo a garantir protecção à saúde ambiental e humana. Não obstante a isso, é imperioso tratar sobre o estudo da relação existente entre saúde e meio ambiente, tanto a nível académico quanto no local de trabalho. O presente estudo tem como objectivo investigar, na literatura, sobre o conhecimento e acções/atitudes dos profissionais acerca do descarte de resíduos hospitalares. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo revisão de literatura. A partir do material seleccionado, foi realizada a análise das informações por meio da leitura exploratória.

**Palavras-chave:** Conservação do Meio Ambiente. Gestão Ambiental. Plano de Gestão de Resíduos Hospitalares.

### INTRODUÇÃO

É constante a luta pelo equilíbrio do planeta e a mesma constitui uma tarefa muito grande entre as comunidades tanto em desenvolvimento como aquelas que se encontram na escala de equilíbrio, é tarefa de cada um, cuidar e dar o seu input na conservação do meio ambiente, de modo a ter cada vez mais um bom saneamento básico, pois, a luta é maior e não impossível, mas o primeiro passo passa pela tomada de consciência, ou seja, a conscientização de cada um de nós, adoptar uma postura ética e ter boas práticas na produção, transformação e até na alocação desses

resíduos hospitalares, para garantir o meio ambiente puro e saudável de se viver.

O presente trabalho trata sobre a gestão dos resíduos hospitalares em Angola e servirá como parte de transferência de conhecimentos para outras gerações, ele é fruto de várias buscas feitas em uma instituição de saúde na província de Luanda "Hospital Pediátrico David Bernardino" (2023-2024), com o propósito de salvaguardar o bem-estar das populações e para que isso aconteça os resíduos hospitalares necessitam de uma boa gestão, colecta, transporte e a destinação final no ambiente adequado procedimentos

<sup>1</sup> Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade Metodista de Angola. Curso Superior e Bacharelado em Engenharia Informática pela UAN/FE. Biologia pelo ISCED-HUAMBO. Supervisão Pedagógica; Conhecimentos sobre Relações Públicas; Coordenador de Projetos sobre Treinamentos de Equipes e Oficinas Pedagógicas.

joamarcelino2005@gmail.com

próprios e implementados com bases técnicas e científicas, previstas em normas legais, com a finalidade de diminuir sua produção e propiciar aos resíduos já gerados um fim seguro de modo a garantir proteção à saúde ambiental e humana. Assim, torna-se também fundamental estudar a relação existente entre saúde e meio ambiente, seja na formação profissional quanto no local de trabalho.

O Decreto Presidencial nº 160 referente ao regulamento sobre a gestão de resíduos hospitalares e de serviços de saúde (p. 2774, 2014) definiu resíduos hospitalares como “resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as actividades médicas de diagnósticos, tratamentos e prevenção da doença dos seres humanos ou animais, e ainda as actividades de investigação relacionadas.” Uma das insuficiências referente a gestão dos resíduos hospitalares é o relacionado a armazenagem dos resíduos é o ponto fundamental a ser considerado, uma vez que explica a qualidade da colecta que é aplicada, ou seja o excesso de lixo acumulado nos armazéns (ou depósito de lixo temporário) tornou-se questão primordial hoje em dia para as instituições hospitalares, pois o principal problema enfrentado pelos hospitais é exatamente os riscos decorrentes desta exposição prolongada de resíduos nos armazéns ou depósito de lixo temporário.

Pelas características dos resíduos hospitalares, estes podem conter agentes biológicos, químicos e radioativos, capazes de propagar doenças. Os resíduos devem percorrer o mínimo espaço possível dentro do hospital a fim de minimizar a sua exposição, facilitando o trabalho dos profissionais que actuam na colecta, agilizando-a e, ainda, tornando o serviço mais seguro e menos desgastante. Por isso, a sua gestão tem vindo a assumir uma grande importância em todo o mundo, tendo sido criada, em Angola, uma legislação específica para o seu devido cuidado.

## PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES

Pela importância que o plano de gestão de resíduos oferece, fez-se necessário abordar esse tema de modo a olhar para situação da saúde pública, bem como aos problemas ambientais que ocorrem nesse planeta, daí a urgência em poder olhar a gestão desses

resíduos hospitalares e traçar medidas eficientes vinculadas com legislação vigente no país, de modo a se pautar por uma conduta capaz de dar cobro aos impactos negativos (Silva, 2022).

Contudo, medidas de adequação do plano de gestão de resíduos hospitalares se fazem urgentes, de modo a evitar os impactos secundários a saúde humana e ao meio ambiente. Aveni (2020), evidenciou em seus resultados a fragilidade dos órgãos públicos e privados em emitir respostas ágeis e eficientes durante a crise da pandemia, sugerindo que os mesmos tenham, deficiência em planeamento e demora na tomada de decisões.

Quanto aos resíduos hospitalares, o Decreto Presidencial n.º 160/14 de 18 de Junho, 2014, no artigo 3º alínea x), os “Resíduos Hospitalares, são aqueles produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as actividades médicas de diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças dos seres humanos ou animais” (Angola, p. 2776, 2014).

Portanto, de acordo com Maders e Cunha (2015) *apud* Silva, (2022),

Todo gerador precisa obrigatoriamente elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), baseado nas características dos resíduos gerados e na classificação destes; além disso, precisa ser compatível com as normas locais referente à coleta, transporte e disposição final do RSS, estabelecido pelos órgãos locais responsáveis (Maders; Cunha, 2015 *apud* Silva, 2022, p. 35).

Assim sendo, Oliveira, et al. (2018) *apud* Silva, (2022), apresenta a gestão de resíduos como “(...) conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas, técnicas, normativas e legais, que tem por finalidade minimizar a produção de resíduos e proporcionar um encaminhamento seguro, de forma eficiente”(Oliveira, et al.2018*apud*Silva, p. 35, 2022).

Em conformidade com acima referenciado, em Angola, a gestão de resíduos bem como resíduos hospitalares são regulamentados pelos Decreto Presidencial n.º 190/12 de 24 de Agosto, 2012 e Decreto Presidencial n.º 160/14 de 18 de Junho, 2014

Portanto, o Decreto Presidencial n.º 190/12 de 24 de Agosto, 2012 aborda sobre gestão de resíduos em geral, com a centralidade na regulamentação do

processo, de produção, transporte e descarte dos resíduos tendo sempre a atenção na protecção do meio ambiente, isto é, o solo e subsolo, assim como da das águas sobre o risco de qualquer contaminação. E o segundo, no caso, Decreto Presidencial n.º 160/14 de 18 de Junho, 2014, diferente da anterior, surge para principalmente, regulamentar o processo de gestão dos resíduos hospitalares, no sentido de especificar e ou classifica-los de acordo com o seu nível de perigosidade, ao meio ambiente e a vida humana.

Gestão de resíduos em Angola: enquadramento normativo

Em Angola, a exemplo de outros países a gestão de resíduos decorre sobre orientação normativa própria embora com alguns elementos semelhantes ou coincidirem as das internacionais. Tal como referenciado no ponto anterior, em Angola, existem três normas que regulamentam a gestão de resíduos, que são: Decreto Presidencial n.º 190/12 de 24 de Agosto, 2012, Decreto Presidencial n.º 160/14 de 18 de Junho de 2014 e a Lei n. 5/9 de 19 de Junho.

## CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS EM ANGOLA

DECRETO PRESIDENCIAL N.º 190/12 DE 24 DE AGOSTO 2012

A sua finalidade reside no tratamento que se deve dar aos resíduos ora produzidos, desde as sua produção, tratamento, recolha, armazenamento, transportação, com excepção aos radioactivos que carecem de uma especificidade no seu tratamento, de modo a minimizar ou prevenir, os impactos negativos sobre a saúde das populações e do meio ambiente. O mesmo aplica-se para todos os resíduos existentes no território nacional.

O mesmo diploma classifica os resíduos em perigosos e não perigosos. Que por sua vez podem ser explosivos, inflamáveis, sólidos inflamáveis.

DECRETO PRESIDENCIAL N.º 160/14 DE 18 DE JUNHO 2014

O presente diploma visa dar cobro as normas que possam regular a gestão resíduos dos hospitalares e de serviços de saúde.

A necessidade de se legislar sobre uma correcta e eficaz política de gestão de resíduos

hospitalares e serviços de saúde em conformidade com os disposto no n.º 2 do artigo 19 da Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, que aprova a Lei de Bases do Ambiente. É também objectivo desse diploma. Desta feita, os resíduos hospitalares e serviços de saúde, classificam-se nos seguintes grupos: Grupo A: Resíduos Gerais

Grupo B: Resíduos infecciosos

Grupo C: Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes

Grupo D: Resíduos químicos

Grupo E: Resíduos radioactivos.

LEI N.º 5/98 DE 19 DE JUNHO.

A presente lei define os conceitos e os princípios básicos da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e do uso racional dos recursos naturais, de acordo com os n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 24.º e n.º 2 do artigo 12.º da Lei Constitucional da República de Angola.

## EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES

Várias são as situações negativas que podem acontecer na gestão de resíduos hospitalares, com maior realce no que diz respeito ao seu descarte, e com isso as sociedades vão adoptando medidas mitigadoras para reduzir alguns impactos negativos que podem ser gerado pela má gestão desses resíduos, pois, descartar os resíduos de forma incorrecta acarreta consigo muitas implicações nefastas ao ambiente, bem como o bem estar das populações, trazendo consigo problemas graves de saúde pública. É assim, como a título de exemplo mencionado neste trabalho, outros países e o Brasil como caso concreto, intensificam acções e investem em meios tecnológicos para em conjunto combinados reduzirem as implicações que o ambiente e principalmente as populações podem passar (Silva, 2016).

A quantidade de resíduos hospitalares gerados em Portugal não representa um problema em termos de gestão, comparativamente a outros tipos de resíduos, entre eles os resíduos urbanos, os industriais e agrícolas. Contudo, dada a sua natureza, diversidade, perigosidade e grau de risco, são necessários procedimentos específicos de manipulação e

tratamento, que tornam a sua gestão intrincada e dispendiosa (Levy, Teles, Madeira e Pinela, 2003).

Na Europa, em especial na Alemanha, onde os recursos naturais são limitados, a transformação de resíduos em matéria-prima secundária abastece o mercado local e representa hoje uma importante fonte de renda, gerando poupança de recursos financeiros necessários à aquisição de bens primários provenientes de outros países e passando a comercializar produtos fabricados a partir de matérias-primas secundárias (Rocha, 2017)

A geração crescente e diversificada de resíduos sólidos nos meios urbanos e a necessidade de deposição final alinha-se entre os mais sérios problemas ambientais enfrentados indistintamente por países ricos e industrializados e pelas sociedades em desenvolvimento. Segundo Dias, a geração é proporcional ao aumento da população e desproporcional à disponibilidade de soluções para a gestão dos detritos, resultando numa séria defasagem na prestação de serviços, tais como a diminuição gradativa da qualidade do atendimento, a redução do percentual da malha urbana atendida pelo serviço de recolha e o seu abandono em locais inadequados. Segundo o mesmo autor, equacionar o desequilíbrio entre o incremento de resíduos e as escassas possibilidades de dispô-lo correctamente, sem agredir a saúde humana e sem causar riscos ao ambiente é o grande desafio que se impõe (Dias, 2010).

### **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ANGOLA: APROVEITAMENTO E CADEIA ECONÓMICA**

A produção de resíduos sólidos urbanos em Angola, tem constantemente formado uma questão problemática que a maneira como resolver, ou seja, o término do mesmo ainda é uma questão muito distante de ser atingida. Dai a necessidade de buscar cada vez mais, visões incentivadoras que possam minimizar ou acabar com qualquer situação negativa que acometer vida humana e o ambiente. A produção de resíduos sólidos urbanos em Angola vem-se constituindo num problema cuja solução não está devidamente equacionada e muito menos resolvida (Cruz, et al., 2017).

A necessidade de existência da população em condições de sanidade apresenta-se como um desafio de extrema complexidade num quadro de crescimento acelerado da população, ainda por cima com taxas de

urbanização muito altas. Diante deste cenário impõe-se a adopção de medidas que visem a sua reversão. O reaproveitamento económico dos resíduos sólidos urbanos apresenta-se como a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais viável. É, pois, imprescindível que o governo, as administrações locais e os grupos organizados da sociedade tomem disposições para a resolução do problema que, ao seguir esta solução, para além de constituir importante fonte de renda para as empresas as colocará em posição de destaque e privilégio face às comunidades, ao contribuírem para a preservação do ambiente, o saneamento do meio e tornarem menos onerosas as operações de gestão de resíduos (Cruz, et al., 2017).

### **CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Os resíduos sólidos de saúde são uma grande ameaça à saúde humana por serem possíveis fontes de microorganismos patogênicos com perfil altamente infectante, demonstrando grande risco aos indivíduos presentes nos estabelecimentos de saúde, quando gerenciados de maneira incorrecta (Frohlich, 2016). Pacientes que possuem maior probabilidade de desenvolver deficiências imunitárias necessitam, muitas vezes, de mecanismos invasivos para a aferição de diagnósticos e tratamentos adequados que acabam por se tornarem vias de acesso directa dos microorganismos presentes no ambiente hospitalar para os órgãos e sistemas humanos, normalmente, já debilitados, ampliando o risco de infecções. Além disso, toda a área de uma instituição hospitalar pode estar exposta aos riscos de infecções advindas do mal gerenciamento dos resíduos hospitalares (Souza, 2015).

Segundo Silva (2018, pp. 108-110) todos os anos o Estado angolano e o empresariado angolano perdem mais de mil milhões de dólares em resultado do não tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos produzidos. O autor acrescenta ainda esses valores podem ser multiplicados, caso se agreguem aos cálculos das perdas directas de rendimento, resultantes do não tratamento, a oneração dos custos da produção interna aduzida pela importação de componentes facilmente substituíveis por materiais reciclados.

A valorização de alguns tipos de resíduos, resulta da sua recuperação atempada nos fluxos de RH gerados nos diferentes serviços de unidades prestadoras de serviços de saúde. A utilização de ecopontos em locais seleccionados pode traduzir-se num aumento de eficácia do processo (Oliveira et al., Lee et al., 2009).

A maneira como as cidades vão crescendo, a produção de resíduos também é diversificada em grande escala daí a necessidade de poder equacionar este crescente indicador e com ele gizar medidas eficazes para mitigar os problemas ambientais que muitas sociedades passam. É também missão de cada um pensar positivo sobre a maneira como gerar, tratar, e descartar cada resíduo em seu redor.

Segundo Dias, a geração é proporcional ao aumento da população e desproporcional à disponibilidade de soluções para a gestão dos detritos, resultando numa séria defasagem na prestação de serviços, tais como a diminuição gradativa da qualidade do atendimento, a redução do percentual da malha urbana atendida pelo serviço de recolha e o seu abandono em locais inadequados. Segundo o mesmo autor, equacionar o desequilíbrio entre o incremento de resíduos e as escassas possibilidades de dispô-lo correctamente, sem agredir a saúde humana e sem causar riscos ao ambiente é o grande desafio que se impõe (Dias, 2010)

## POTENCIAL DE RISCO

Ao equacionar o tema gestão de resíduos hospitalares com o conceito de potencial de risco, nos remete ao espaço com maior chance de poder acontecer uma situação negativa, fruto desses mesmos resíduos hospitalares quando são manipulados de maneira incorrecta.

“O maior problema dos RSSS é seu potencial de risco à saúde e ao meio ambiente. Risco pode ser entendido como a probabilidade de ocorrência de um resultado desfavorável, de um dano ou de um fenómeno indesejado.” (RODRIGUES, p.22, 2009)

Constituem um dos maiores problemas que nós temos hoje os potenciais de risco que os resíduos sólidos de saúde podem causar ao meio ambiente e a saúde humana, daí ser imperioso traçar medidas impulsionadoras e imediatas que ajudem a acabar com situações negativas que os mesmos podem acarretar.

“O risco ambiental, segundo SCHNEIDER, (p. 46, 2004) é o que ocorre no meio ambiente, seja ele interno ou externo, e pode ser classificado de acordo com o tipo de actividade, exposição instantânea, ou crónica, probabilidade de ocorrência, severidade, reversibilidade, visibilidade, duração e ubiquidade de seus efeitos. No contexto da gestão governamental, o risco ambiental pode ser classificado como saúde pública, recursos naturais e introdução de novos produtos.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teórico acerca do controlo da gestão de resíduos hospitalar evidenciou que independentemente da diversidade de enfoques em suas análises, existe consenso em quanto a que identifica e proporciona informação útil e descritiva acerca do valor e mérito do desempenho da organização na prestação do serviço e cuidado do meio ambiente, com o fim de coadjuvar no processo de tomada de decisões, os que, integrado no ciclo de gestão empresarial, orientam e garantem sua continuidade.

Tal facto remete o pensar em conjunto que deve fazer toda diferença na redução das doenças ligadas a saúde pública. Com o procedimento de controlo proposto para realizar uma boa gestão dos resíduos hospitalares, as instituições comprometidas poderão obter resultados que contribuem na melhoria da imagem e prevenção do meio ambiente, bem como na salvaguarda do bem-estar vida.

A importância que tem o procedimento de controlo para gestão dos resíduos hospitalares é que pode-se analisar a evolução do mesmo, avaliando a eficácia das várias acções realizadas e tentando prever uma diminuição de custos por danos originados a saúde dos trabalhadores expostos a contaminação por má gestão dos resíduos hospitalares. Um olhar atento a existência de um sistema integrado de recolha, transporte, tratamento e reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos conduz a que os resíduos sejam depositados em lugares seguros e desejável e garantem segurança e vida prospera a todas formas de vida, evitando assim sérios prejuízos a saúde humana e ao ambiente no geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ambientalmente Sustentable**, Janeiro-Dezembro, pp. 47-62. 2017.
- Ana P., Luís M., João L. e Margarida T., **O Mercado dos Resíduos em Portugal Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente** Editor: AEPISA – Edição: Abril 2003.
- BRUNA F., **Impactos ambientais do descarte dos resíduos sólidos dos serviços de saúde**. Cerro Largo. 2016.
- Cruz, G. V., Fernandes, L. F. & Martins, M. d. C., **Gestão sustentável dos Resíduos Sólidos Urbanos em São Tomé e Príncipe**: Contributos da Educação Ambiental.
- Dias, G. F., **Educação Ambiental** – princípios e práticas, 9a. edição. 9ª Edição revista e ampliada ed. São Paulo: Gaia. 2010.

Maders, G.R.; Cunha, H. F. A. Análise da gestão e gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS) do Hospital de Emergência de Macapá, Amapá, Brasil. **Eng Sanit Ambient**, v.20 n.3, p. 379-388, jul/set - 2015.

Maria C. C. S., **Análise do manejo dos resíduos de serviço de saúde: um estudo de caso em um hospital universitário de manaus/am**. Manaus – am. 2022.

Oliveira, et al., **Apresenta a gestão de resíduos**. 2018.

Presidente da República de Angola., **Decreto Presidencial n.º 160/14** de 18 de Junho de 2014.

Presidente da República de Angola., **Decreto Presidencial n.º 190/12** de 24 de Agosto. Diário da República, I série, n.º 164 (Regulamento sobre a gestão de resíduos), pp. 3767- 3803. 2012<sup>a</sup>

Presidente da República de Angola., **Lei n. 5/98** de 19 de Junho de 1998.

Rocha, A. S. d., **Tributos que remanescem nos resíduos sólidos e sobras industriais: reflexões, consequências e perspectivas** (tese de doutoramento - PUC São Paulo). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica 2017.

Rodrigues C. R. B., **Aspectos legais e ambientais do descarte de resíduos de medicamentos**. 2009.

Schneider V. E., **Sistemas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde: Contribuição ao Estudo das variáveis que interferem no processo de implementação, monitoramento e custos decorrentes**. 2004.

Silva, L. B. d., **Os resíduos sólidos urbanos "lixo" em Angola**. 1ª ed. Luanda: Edições Sílabo. 2018.

Silva., **Apresenta a gestão de resíduos**. 2022.

Souza, C.T.; Oliveira, C.F.; Sartori, J.F. Diagnóstico do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em estabelecimentos públicos de municípios que recebem Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ecológico no Estado de Minas Gerais. **Eng Sanit Ambient**. v.20 n.4, out/dez 2015.



5 Anos.  
uma essên  
www.primeir



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>



**COORDENAÇÃO:**  
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto  
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco  
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

**AUTORES(AS):**

- Adriana Silva de Santana Barros
- Aldair de Jesus Adão e Calunda dos Santos Jorge
- Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho
- Ana Elisa Bagi de Oliveira
- Carina Fardim Soares
- Claudiene Alves da Silva
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Diego Agostinho Dynczuki
- Edna Farias Cordeiro
- Emanuel Ramos Barra
- Esmael Joaquim Machado
- Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro
- Guilherme Mateus Moma
- João Francisco Marcelino
- Joice Botelho Silva
- José Manuel dos Santos
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Luciana Cardoso de Souza
- Luciane de Jesus Mineiro de Lima
- Lusilene da Rocha Alves
- Manuel Dungula Samaiata Chivinga
- Manuel Paulo Chamorro
- Marcilene Belisse Pazo
- Maria de Lourdes Ferreira da Silva
- Mario Adelino Miranda Guedes
- Mirella Clereci
- Moizes Antonio dos Santos
- Orlaneide Ferreira Santos Diamante
- Renato Souza de Oliveira Carvalho

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

